

A QUEDA DE UM MITO

Ensaio do Escudo de Ouro de 1910

António Miguel Trigueiros (*)

Introdução

No Verão do ano passado e em Março do corrente ano, foi leiloadada em Lisboa uma pequena peça de ouro, descrita como sendo um «Ensaio de 1 Escudo 1910, *Gomes, E6.01*», cujo valor final de licitação atingiu, no primeiro caso, a enorme soma de 3 700 euro, ou 740 contos (catálogos dos leilões *Numisma*, n.º52, de 20 de Junho de 2002, lote n.º 232 e n.º 56, de 13 de Março de 2003, lote n.º 500).

Por este valor se percebe que o comprador acreditou que a peça em questão seria mesmo um ensaio para moeda de ouro da 1.ª República, destinada eventualmente a comemorar a Revolução de 5 de Outubro, ou seja, que se tratava realmente de uma peça preparatória para o cunho oficial de uma moeda a emitir em nome da República Portuguesa, que não chegou a ser emitida para circulação pela Casa da Moeda de Lisboa.

Não fosse assim, não seria um ensaio para moeda, mas apenas uma curiosidade, uma pequena medalha cunhada por algum particular com intuítos menos claros e destinada, quem sabe, a satisfazer uma vontade ou vaidade

de pessoal de dar a conhecer uma escultura realizada por essa ocasião ou qualquer outro objectivo de natureza mais mercantilista.

Para quem não saiba, a história do mito numismático em que essa peça se transformou tem muitos anos, remonta ao tempo da publicação da conhecida obra de Batalha Reis, *Cartilha da Numismática Portuguesa* (Lisboa, 1946-1956), onde aparece fotografada e descrita como sendo um «*Ensaio do Escudo de ouro comemorativo do 5 de Outubro de 1910*»,

então ainda não de ouro, mas de estanho, com uma nota ao pé da página que esclarece que. «*tanto os cinco escudos (de 1920) como o ensaio do escudo de ouro (de 1910) são da autoria do Escultor e Medalhista João da Silva*» (vol. II, p. 168 e estampa 111).

De facto, as esculturas dessas duas peças são da autoria desse famoso escultor, mas as duas peças diferem substantiva e substancialmente uma da outra no seu carácter: enquanto a primeira foi uma genuína prova cunhada pela Casa da Moeda para uma moeda de 5 escudos de ouro que nunca chegaria a ser emitida, a segunda, o tal ensaio do



escudo de ouro de 1910, mais não é que uma pequena medalha sem qualquer significado ou valor numismático, mandada cunhar pelo seu autor com base nos modelos de gesso que apresentou ao concurso de 1911 para as primeiras moedas de prata da República, onde não conseguiu ser classificado.

Eis aqui a sua história, a história de um mito que só agora desaparece.

Os Desenhos dos Primeiros Escudos da República

A 26 de Maio de 1911, o *Diário do Governo* publicava o decreto fundador do *escudo de ouro*, a nova unidade monetária do regime republicano saído da revolução de 5 de Outubro de 1910, e que tinha sido promulgado a 22 desse mês. Entre os vários articulados definidores das características e dos volumes de amoedação das novas moedas de ouro, prata e de bronze-níquel, figurava a determinação de que os modelos e gravuras para as suas faces fossem seleccionados por concurso público entre artistas nacionais.

Os modelos para as moedas de ouro deveriam ser distintos dos modelos para as moedas de prata e, no caso das novas moedas de bronze-níquel então previstas, as primeiras amoedações de cada espécie, até ao limite de três milhões de cada uma (1/2 e 1 centavo, 2 e 4 centavos), teriam também uma ornamentação diferente das restantes, em comemoração da proclamação da República.

A 27 de Junho de 1911 foi publicado o concurso para os modelos dos diferentes tipos das novas moedas (*Diário do Governo*, n.º 147), que acabaria por ser anulado, por só ter

aparecido um concorrente para a moeda de ouro.

Um segundo concurso foi aberto a 9 de Outubro por um espaço de 50 dias (*Diário do Governo*, n.º 235), mas agora restrito aos modelos para as moedas de prata e de bronze-níquel (nas versões corrente e comemorativa), no total de três aversos e três reversos, que deviam ser entregues na Academia de Belas-Artes de Lisboa até às quatro horas da tarde do dia em que terminasse o prazo do concurso. Para o reverso da moeda de prata o programa obrigava à representação do «*escudo nacional e a designação do valor*», tendo a Casa da Moeda esclarecido os concorrentes que o escudo nacional era o que constava no *Álbum da Bandeira Nacional* (Imprensa Nacional, 1911).

A 27 de Novembro deram entrada na Academia das Belas-Artes quatro grupos de modelos, com as divisas «*Nome e Renome*», «*Seis Rodas*», «*Ordem e Trabalho*» e «*Pátria*». A não declaração no programa do dia em que terminava o prazo deu como resultado que outros quatro grupos de projectos, respectivamente, «*Alvorada*», «*Agricultura*», «*Luzo*» e «*Liberdade*», só foram entregues a 28 de Novembro, sendo por isso considerados como retardatários, o que originou de imediato uma reclamação dos concorrentes junto do Ministério das Finanças.

Para o júri desse segundo concurso foram indicados José Veloso Salgado (pelo Conselho de Arte e Arqueologia), António Augusto da Costa Motta (pela Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa) e António Teixeira Lopes (pela Academia Portuense de Belas Artes), que se reuniram a 17 de Janeiro de 1912 e no dia seguinte atribuíram dois

O CONCURSO PARA A NOVA MOEDA

Os modelos adotados para as moedas de 20 centavos e 4 centavos destinadas a comemorar a implantação do novo regimen foram os do escultor sr. Simões d'Almeida, sobrinho, tendo o juri tambem classificado os trabalhos com as legendas *Agricultura* e *Alvorada* cujo anverso e verso respetivamente poderiam servir, caso o governo assim o entendesse, para a moeda de dois centavos. Os outros concorrentes cujos modelos foram apresentados em 28 de novembro e que por isso não se



4 e 7—Projeto distinguido para premio pelo juri

8 e 9—Projeto distinguido para premio pelo juri

- 1—O juri do concurso, constituído pelos escultores Teixeira Lopes, Costa Mota e pelo pintor Veloso Salgado, reunido na sala do conselho da Academia de Belas Artes
- 2 e 3—Projeto do escultor Simões d'Almeida, Sobrinho (legenda Patria) aprovado pelo juri, para a moeda de cobre
- 5 e 6—Projeto do escultor Simões d'Almeida, Sobrinho, aprovado pelo juri para a moeda de prata

admitiram protestaram declarando ser n'essa data e não em 27 do mesmo mez—como o juri afirma—que terminava o prazo do concurso estabelecido em 50 dias no «Diario do Governo» de 9 de outubro.

(Clichés de Renollet)



O CONCURSO DA MOEDA DA REPUBLICA.



5—A moeda de 100 centavos com a legenda Luzo

6—Reverso da moeda de 100 centavos legenda Luzo



O concurso da nova moeda da Republica levantou uma questão entre os concorrentes e o juri.

O *Diario do Governo*, em 9 de setembro, annunciava que o concurso da moeda da Republica era pelo prazo de cinquenta dias.

Os concorrentes imaginaram poder entregar os seus trabalhos até 28 de outubro o que quasi todos fizeram.

Nasce d'aqui o conflito. Para o juri, composto pelos srs. Teixeira Lopes, Costa Mota e Veloso Salgado, aquele prazo terminava na vespere e d'af' o serem admitidos outros trabalhos



- 1—Exemplar da moeda de 50 centavos com a legenda 5 Rodas
- 2—Reverso da mesma medalha
- 3—O escudo com a mesma legenda
- 4—Reverso do escudo

- 7—Escudo com a legenda Liberdade
- 8—Reverso do Escudo com a legenda Liberdade
- 9—Moeda de 2 centavos Nome e Renome
- 10—O reverso dos 2 centavos



- 1—Cinco centavos com a legenda Ordem e Trabalho
- 2—Reverso dos cinco centavos
- 3—Dois centavos com a legenda Nome e Renome
- 4—O reverso da mesma moeda
- 5—Outro exemplar Ordem e Trabalho
- 6—O reverso da mesma moeda
- 7—10 centavos com a legenda Ordem e Trabalho
- 8—O reverso da mesma moeda
- 9—O escudo legenda Nome e Renome
- 10—Reverso do escudo com a legenda Nome e Renome



nas sob condição. Perdiam-se assim muitas probabilidades ficando quasi todas a favor do artista que entregara os seus projetos dentro do tempo estipulado conforme o juri o entendia e que é o sr. Simões d'Almeida, Sobrinho, autor d'outros trabalhos apreciáveis.

Com efeito foi o modelo por ele apresentado o que se determinou ficar para padrão da nova moeda, de 50 centavos aprovando tambem o juri dois outros trabalhos para a moeda de 2 centavos, servindo o verso e anverso dos respetivos projetos, o que os seus autores não aceitaram.

(2)



- 11—Moeda de dois centavos
- 12—Reverso da mesma moeda (Clichés de Benoitel)



- 13—Quatro centavos com a legenda Liberdade
- 14—O reverso da mesma moeda

primeiros prémios aos dois grupos de modelos com a divisa «*Pátria*», para as moedas de prata e de bronze-níquel comemorativa da República, do escultor José Simões de Almeida (Sobrinho) (1880-1950). Quanto aos modelos entregues fora do prazo, o júri relatou que classificaria em primeiro lugar, para as moedas correntes de bronze-níquel, o anverso do modelo «*Agricultura*», com o reverso do modelo «*Alvorada*», ambas do escultor Francisco dos Santos, se não se desse o caso especial de admissão condicionada em que esses trabalhos se encontravam.

Face à reclamação apresentada pelos concorrentes excluídos, o então ministro das Finanças, Sidónio Pais, pede o parecer da Procuradoria Geral da República, que dá razão aos reclamantes. Por despacho de 27 de Março o júri é mandado reunir novamente para proceder a nova classificação, «*visto deverem ser admittidas as propostas dos grupos com a divisa "Agricultura" e "Alvorada".*»¹

Dessa reunião, que teve lugar a 5 de Abril, seriam confirmados os dois primeiros prémios atribuídos aos modelos «*Pátria*» de Simões de Almeida e foram atribuídos um terceiro primeiro prémio e um segundo prémio aos aversos e reversos dos modelos «*Agricultura*» e «*Alvorada*» de Francisco dos Santos, para as moedas correntes de bronze-níquel. Pelo pagamento destes prémios aos artistas, os modelos passaram a ser propriedade da Casa da Moeda².

As fotografias dos quatro grupos dos modelos premiados foram publicadas nas revistas *Ilustração Portuguesa*, de 29 de Janeiro (n.º 310, p. 146) e *O Occidente*, de 20 de Fevereiro de 1912

(p. 37). As fotografias dos restantes grupos de modelos concorrentes, não classificados pelo júri, foram reveladas na edição de 5 de Fevereiro da primeira revista (n.º 311, pp. 167-8). Entre estes últimos figura o modelo com a divisa «*Luzo*», para moeda de 100 centavos, que revela os traços e o estilo inconfundíveis do escultor João da Silva:

anverso – busto de uma figura feminina de perfil à esq. com o tradicional lenço minhoto atado na cabeça, circundada por uma coroa de oliveira e louro, tendo em baixo a era «1911»;

reverso – uma composição do escudo nacional, com os escudetes laterais das quinças virados para dentro (muito semelhante daquela que seria vinte anos mais tarde seleccionada para a série dos escudos de prata de 1932), tendo na orla superior e inferior o valor «100 / Centavos».

Será precisamente deste seu modelo em gesso, não aprovado em Janeiro de 1912 para as primeiras moedas de prata da República, que João da Silva irá fazer gravar uma pequenas medalhas de ouro com 12,5 mm de diâmetro (em vez dos 15 mm que deveriam corresponder à moeda de 1 escudo de ouro criada em 1911), com as gravuras ligeiramente modificadas e que desde então têm passado por ensaios da moeda de ouro de 1 escudo:

anverso – a legenda «República Portuguesa» ocupa agora o espaço da orla lateral deixado vazio pela retirada da coroa circundando a cabeça da minhota e a era 1911 foi suprimida;

reverso – a legenda «5 Outubro / 1910», orlando as Armas nacionais, substituiu a designação do valor.



Em cima - O modelo de João da Silva para o concurso de 1911, apresentado com o pseudónimo "LUSO".

Em baixo - As medalhas que João da Silva mandou gravar, alusivas ao 5 de Outubro de 1910. O modelo "Minhota foi retocado e aproveitado, com um novo reverso. Cunhado em ouro, tem passado por "ensaio", quando mais não é que uma medalha.



O Nascimento de um Mito

Em 1913 a Casa da Moeda deu início ao concurso público para os modelos das faces da nova moeda de ouro republicana, cujo programa foi aprovado por despacho de 19 de Agosto do ministro das Finanças, Afonso Costa e publicado no *Diário do Governo* n.º 198, de 25 de Agosto.

Para o júri deste segundo concurso foram indicados Columbano Bordalo Pinheiro (pelo Conselho de Arte e Arqueologia), António Augusto da Costa Motta (pela Sociedade Nacional de Belas Artes) e José de Brito (pela Escola de Belas Artes do Porto), que se reuniram a 5 de Dezembro na Academia de Belas Artes para apreciar os quatro modelos concorrentes.

Da acta deste júri ficou atribuído o 1.º prémio aos modelos do anverso e reverso com a divisa «*Fortuna pelo Trabalho*», do escultor João da Silva (1880-1960) e o 2.º prémio ao anverso do modelo «*Respigadora*» (figura), do escultor Francisco dos Santos e ao reverso do modelo «*Ditosa Pátria*» (10 escudos), do escultor Simões de Almeida (Sobrinho)³, que foram entregues na Casa da Moeda a 4 de Fevereiro de 1914.

A fotografia do modelo vencedor foi publicada na *Ilustração Portuguesa*, de 22 de Dezembro (n.º 409, p. 730): no anverso tinha a era de 1913 e, no reverso, o valor de 10 escudos.

Todos os modelos aprovados em 1912 e 1913, para moeda de ouro, prata e bronze-níquel, primeiros e segundos prémios, passaram a ser propriedade da Casa da Moeda, constando no seu *Catálogo Geral de Modelos, Punções, Matrizes, Cunhos, Galvanos e Clichés*,

que serviram ao fabrico de Moedas, Medalhas, Títulos, Valores Selados, Fórmulas de Franquia e outros Trabalhos, editado em 1960 (pp. 379-383).

Nesse registo constam também os modelos para a projectada moeda de 5 escudos de ouro, e os respectivos cunhos (p. 91), mas nada existe que diga respeito a uma suposta cunhagem, mesmo que experimental, de moedas de 1 escudo de ouro que, a ter existido, lá deveria constar.

Depois de muitas peripécias, cuja história já foi narrada noutra publicação⁴, os modelos para moeda de ouro da República, com o valor facial de 5 escudos e era de 1916, só acabariam por ser gravados no metal em 1920, também por Alves do Rego, que desde 1914 ocupava o cargo de 1.º gravador da Casa da Moeda. Nesse ano são tiradas provas ou ensaios dos cunhos em vários metais (cobre, cobre dourado e latão), que não agradaram ao autor da escultura.

Outras provas, mas de ouro, foram cunhadas em 1923, com os mesmos cunhos de 1920, por ocasião da visita à Casa da Moeda do Presidente da República, António José de Almeida, utilizando-se como discos moedas de ouro de 5 000 réis de D. Luís I. Uma dessas seria oferecida ao Presidente como recordação da sua visita, acabando por aparecer à venda numa ourivesaria de Lisboa no início dos anos 40, conforme narrativa publicada em 1978 na *Revista Moeda* (vol. III, n.º 3, Jan./Fev. de 1978, p. 5).

Será desta genuína prova ou ensaio de cunho para moeda de ouro de 5 escudos, da autoria de João da Silva e de que são conhecidos três exemplares, que nasce o mito propalado por uma infeliz afirmação de Batalha Reis,

de que a outra medalhinha de ouro, do mesmo autor, seria também um ensaio, raríssimo, para moeda de 1 escudo de ouro⁵. Tão rara e tão verdadeira que, em 2002, ainda conseguia ser passada como original de um ensaio...que nunca existiu.

Mas outras referências bibliográficas existem onde essa peça vem referida. No último número da Revista Medalha, publicado em Outubro de 1975, Marques Pinto apresentou a lista das medalhas executadas por João da Silva (n.º 40, pp. 7-11), onde consta a tal medalhinha da minhota, datada de 1912 e cunhada em alumínio, com 8 mm de diâmetro. Anos volvidos, Mário Correia de Sousa e Artur Santa Bárbara dão corpo ao catálogo das *Medalhas de João da Silva* (ed. Gravarte, Lisboa, 1983), onde também vem fotografada essa pequena medalha de alumínio.

Por tudo isso, custa-nos a crer que ninguém tenha reparado que, se esse cunho estava a ser utilizado particularmente, nunca poderia ter sido uma peça para moeda oficialmente seleccionada, pois então seria forçosamente propriedade da Casa da Moeda e a sua reprodução com fins mercantis rigorosamente proibida, como sempre aconteceu e ainda hoje acontece. *Lisboa, Março de 2003*

1 Arquivo Histórico da Casa da Moeda (AHCM). *Amoedação do Continente, Estudos e Concursos 1911-1953*, caixa 1, processo 4100, vol.1 (1911-1924): parecer da Procuradoria Geral da República, de 26 de Março de 1912.

2 Id., *Ibid.*, *Folha dos pagamentos dos prémios dos modelos das novas moedas de prata e bronze-niquel* (11 de Maio de 1912).

3 Id., *Amoedação do Continente, Amoedação do ouro 1911-1971*, caixa 4, processo 4105.

4 Veja-se a revista *NMMIS*, II Série, vol. XXV/XXV. Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1998-2002, pp. 232-235

5 Alberto Gomes catalogou outro suposto ensaio da moeda de 1 escudo de ouro de 1910, ref.ª E6.04 e E6.04a, cujas gravuras, toscas e grotescas, mais não são que meras cópias das gravuras de Simões de Almeida (Sobrinho) para as moedas de prata da 1.ª República. Bastaria este pormenor, em flagrante oposição à lei de Maio de 1911, para fazer desconfiar da bondade desse suposto ensaio, que continua a ser catalogado como tal na última edição deste catálogo das *Moedas Portuguesas*, da responsabilidade da Associação Numismática de Portugal (4.ª edição, Lisboa, 2003, p. 427).

(*) *Em homenagem aos 30 anos da Revista Moeda e a todos aqueles que acreditam numa Numismática como ciência histórica, isenta de mitos comerciais.*